



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de  
Justiça  
para os devidos fins.

Em 11/03/2020

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado TENESSA BILHO

para relatar.

Em 17/03/20

Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

**Assunto:** Projeto de Lei Ordinária nº 33/2020.

**Autor:** Dep. Henrique Pires

**Ementa:** "Institui o mês da higiene pessoal no âmbito do estado do Piauí e dá outras providências."

**Relatora:** Dep. Teresa Britto

**I – RELATÓRIO**

De autoria do Deputado Henrique Pires, o projeto de lei em tela, está assim ementado: "Institui o MÊS DA HIGIENE PESSOAL no Estado do Piauí e dá outras providências."

Em justificativa, o nobre parlamentar destacou que a proposição visa conscientizar os educandos e seus pais, bem como os gestores de empresas públicas e privadas sobre a importância da higiene para uma boa saúde, visto que algumas moléstias como a SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave), a MERS (Síndrome Respiratória do Oriente Médio), a H1N1 (Gripe Suína) e atualmente o COVID19 (Novo Coronavírus), tem uma rápida proliferação, dentre outras enfermidades.

É, em síntese, o relatório.

**II – VOTO DO(A) RELATOR(A)**

Conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Piauí (art. 34, I, a), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) compete pronunciar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Assembleia.

Ao instituir o mês da higiene pessoal a proposição em análise tem em mira as ações e serviços destinados a promoção e proteção à saúde.

Nesse contexto, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, mais precisamente em seu artigo 196, da Carta Federal, prevê: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

Na mesma toada segue a Constituição do Estado do Piauí, em seu artigo 203 estabelece: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à extinção do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços destinados a sua promoção, proteção e recuperação, com prioridade para as atividades preventivas e de vigilância sanitária e epidemiológica".



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Por outro lado, a referida Constituição do Estado do Piauí, em seu artigo 14, inciso I, alínea “m”, confere ao Estado, “concorrentemente com a União, legislar sobre: “previdência social, proteção e **defesa da saúde**”.

Quanto à iniciativa a Carta Estadual prescreve: “Art. 75. A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição”.

Assim, uma vez que se encontra em harmonia com os comandos supracitados e transcritos, merece o Projeto de Lei em tela toda consideração deste Parlamento.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o Projeto de Lei Nº \_\_\_\_/2020, necessita de adequações para melhor atender ao disposto na Lei Ordinária Nº 5.861 de 1º de julho de 2009, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a alteração das leis no Estado do Piauí, notadamente ao disposto no art. 12, I, II e III.

Quanto ao conteúdo, para uma melhor redação da matéria, recomenda-se uma adequação no texto do artigo 1º, de forma a dar uma compreensão de seu teor.

Nessa perspectiva, pedimos vênica para sugerir a seguinte Emenda:

**EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 01 /2020, AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº \_\_\_\_/2020.**

**Art. 1º** O art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020, passa a ter a seguinte redação:

**“Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Piauí, o “Mês da Higiene Pessoal”, a ser comemorado, anualmente, no mês que compreende o carnaval.” (NR)**

**Art. 2º** O art. 5º do Projeto de Lei Ordinária nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020, passa a ter a seguinte redação:

**“Art. 5º Conscientizar os gestores de empresas públicas e privadas a fim de que seus funcionários/empregados fiquem em casa quando apresentarem um quadro gripal, com o intuito de evitar a proliferação de tal moléstia”. (NR)**

Realizadas as adequações ora sugeridas, de modo geral, observa-se que a proposição está redigida com clareza, em termos objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, subscrita por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo em conformidade com o artigo 96, inciso I, alínea b e §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 106, todos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Assim, somos favoráveis à tramitação do Projeto de Lei nº 33/2020, em comento.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

É nosso parecer, salvo melhor juízo.

**III – PARECER DA COMISSÃO**

Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento ( ☒ )

Pela rejeição ( ☐ )

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí,  
Teresina, 30 de março de 2020.

  
**Dep. Teresa Britto**  
**Relatora**